

VI REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 23 abril 2019

HORA: 14h30

LOCAL: Agência para a Modernização Administrativa (Lisboa, Santa Marta)

PARTICIPANTES:

Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

- Sara Carrasqueiro (Vogal do Conselho Diretivo)
- Cláudia Barroso (Equipa Relações Internacionais)
- Tiago Mendonça (Equipa Relações Internacionais)

Área de Governo da Presidência e da Modernização Administrativa

- Afonso Brás (Adjunto, Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros\GSEPCM)

Autoridade Tributária (AT)

- Sem representação (ausência justificada)

Provedor de Justiça (PJ)

- Sem representação (ausência justificada)

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

- Rui Álvaro Ribeiro (Secretário)

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

- Sem representação (ausência justificada)

Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)

- Sem representação (ausência injustificada)

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

- Sem representação (ausência justificada)

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)

- Luís Vidigal (Vogal da Direção)
- Jorge Robalo (Vogal da Direção)

Transparência e Integridade (TI)

- Karina Carvalho (Diretora Executiva)

TÓPICOS DA AGENDA

1. Boas vindas

- A reunião foi aberta por Sara Carrasqueiro, Vogal do Conselho Diretivo da AMA, que deu as boas-vindas aos presentes e propôs um compasso de espera para aguardar a chegada dos representantes da CRUP e da ANMP, que haviam confirmado previamente a sua presença.
- A CRUP e a ANMP informaram, já após a hora definida para o início da reunião, que não poderiam marcar presença, tendo a reunião prosseguido (às 15h) com as cinco entidades presentes – AMA, GSEPCM, CADA, PASC e TI.

2. Avaliação do Compromisso #2 - Semana da Administração Aberta

- Os representantes da PASC realizaram uma avaliação positiva das atividades desenvolvidas no âmbito do Compromisso #2, designadamente o Workshop (13MAR19) e a Tertúlia (15MAR19), organizadas pela entidade (o Workshop contou também com a parceria da AMA e da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação/APDSI). Neste contexto, informaram estar a consolidar as conclusões/resultados do evento, para posterior partilha com a Rede.
- Luís Vidigal (PASC) acrescentou que a colaboração entre as entidades públicas e a sociedade civil, concretizada através da Semana da Administração Aberta, representa um modelo a seguir, informando que a PASC pretende ativar iniciativas organizadas em torno de “eventos de vida”, se possível no âmbito da Rede. O objetivo seria realizar dois ou três eventos ainda em 2019, para obter a visão da sociedade.
- Face à ausência da ANJE, Tiago Mendonça (AMA) referiu que o evento organizado por aquela entidade (12MAR19), e que juntou os setores privado e público numa reflexão sobre as oportunidades de negócio que os dados abertos representam para as empresas, foi positivo, não obstante a participação ter ficado aquém do esperado (19 presenças em 43 inscrições).

De acordo com a ANJE, uma das empresas presentes no evento manifestou interesse em estabelecer uma colaboração futura com a AMA, no domínio dos dados abertos.

3. Avaliação do Compromisso #3 – reunião na Autoridade Tributária

- Face à ausência da AT, Tiago Mendonça (AMA) sintetizou os resultados da primeira reunião de trabalho realizada no âmbito do Compromisso #3, em 28MAR19. Esta reunião revelou-se essencialmente exploratória, permitindo clarificar o âmbito do Compromisso e alinhar as expectativas dos participantes¹.

De acordo com a AMA, destacam-se as seguintes conclusões:

¹ Estiveram presentes representantes das seguintes entidades: Autoridade Tributária, que recebeu e organizou a reunião; Agência para a Modernização Administrativa; Autoridade Tributária; Provedor de Justiça; Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos; Associação Nacional de Jovens Empresários; Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania; Transparência e Integridade; Universidade Nova de Lisboa.

- O Compromisso visa recolher contributos de diferentes públicos-alvo da AT para melhorar a comunicação Estado-Contribuinte via portal da AT;
- As reuniões devem focar a discussão de propostas concretas, a apresentar pelos diferentes *stakeholders* de acordo com as respetivas prioridades. Estas propostas devem ser apresentadas e trabalhadas entre reuniões (e.g., via email, reuniões extraordinárias ou *focus groups*), de modo a maximizar os resultados do Compromisso;
- Os membros da Rede partilham um conjunto de prioridades, designadamente: promoção da cidadania fiscal, privilegiando uma abordagem pedagógica em detrimento de uma postura coerciva; simplificação da linguagem/conteúdos apresentados do site; organização do site da AT em torno de eventos de vida, para cidadãos e empresas; implementação de mecanismos que possibilitem um *feedback* contínuo de/para os cidadãos.
- Rui Ribeiro (CADA) confirmou a importância da AT simplificar a informação disponibilizada aos cidadãos e empresas e, sobretudo, avançar para uma maior abertura à sociedade. Como exemplo, referiu o facto da AT invocar frequentemente o artigo 64^a da [Lei Geral Tributária](#)² para rejeitar pedidos de acesso a informação administrativa, mesmo quando estes pedidos estão apoiados por pareceres da CADA.
- Segundo Luis Vidigal (PASC), a simplificação dos conteúdos não deve implicar menor rigor, e que a AT poderá disponibilizar a mesma informação com diferentes graus de detalhe, para diferentes públicos-alvo.
- Jorge Robalo (PASC) considera que os procedimentos da AT não são uniformes, refletindo a existência de interpretações “pessoais” da lei e de opiniões diferentes dentro da mesma organização. Neste contexto, elogiou o potencial do Compromisso #3, desde que sejam contempladas as prioridades dos cidadãos.
- Sara Carrasqueiro (AMA) referiu que o envolvimento dos cidadãos está na base da iniciativa Cidadania Fiscal 2.0, lançada em 23MAR19 e que contemplou a assinatura de protocolos com a área governativa da Educação, com o INE e com a própria AMA, formalizando o envolvimento do LabX no diagnóstico das necessidades dos cidadãos na relação com a “máquina fiscal”.
- Karina Carvalho (TI) reconheceu o esforço de abertura da AT, frisando que a Rede deve focar-se nos contributos a dar no âmbito do Compromisso #3 e aproveitar eventuais sinergias. Neste contexto, destacou a disponibilização de conteúdos em “Português Claro” como uma área prioritária de intervenção.

4. Ponto de situação dos restantes Compromissos inscritos no Plano Nacional de Administração Aberta

- **Compromisso # 1 – Gestor de acessos públicos**
 - Cláudia Barroso (AMA) informou os presentes que as atividades definidas no âmbito deste Compromisso estavam prestes a ser concluídas, tendo a AMA desenvolvido, dentro dos prazos originalmente estabelecidos, uma aplicação

² Artigo que estabelece o dever de sigilo dos dirigentes, funcionários e agentes da administração tributária.

móvel que permite a cidadãos e empresas autorizar e monitorizar o acesso aos seus dados pessoais por parte de terceiros.

A próxima etapa, não inscrita neste Compromisso, visa disseminar a *app* entre as entidades públicas e privadas, de forma a massificar a sua utilização.

- **Compromisso # 4 – Vídeos tutoriais sobre a utilização de plataformas de dados abertos**
 - Face à ausência da CRUP, Tiago Mendonça (AMA) informou os presentes que o Compromisso está a ser implementado conforme previsto, tendo sido já definidos os conteúdos e estrutura dos vídeos tutoriais. Quando estiverem finalizados, os vídeos serão disponibilizados na plataforma de eLearning do ISCTE, sem restrições de acesso, e posteriormente no portal nacional de dados abertos, dados.gov.
- **Compromisso # 5 – Organização do Estado Clara**
 - Tiago Mendonça (AMA) informou os presentes que reuniu com a DGAEP no dia 09ABR19, tendo aquela entidade referido que o novo SIOE estava em fase de testes e que a sua efetiva implementação dentro do prazo previsto dependerá, essencialmente, da aprovação de legislação específica por parte da Assembleia da República.
- **Compromisso # 6 – Consulta.Lex**
 - Afonso Brás (GSEPCM) informou os presentes que o desenvolvimento da plataforma Consulta.Lex estava concluído. No entanto, o portal poderá eventualmente ser lançado depois do prazo estabelecido (30ABR19), já que dependerá da existência de pedidos de consultas públicas naquele período.
- **Compromisso # 7 – Implementação e monitorização do regime de acesso à informação administrativa e ambiental:**
 - Rui Ribeiro (CADA) informou que a CADA tem contribuído para a implementação do Compromisso, apelando em todos os seus pareceres para que as entidades públicas nomeiem o respetivo RAI – Responsável pelo Acesso à Informação. Não obstante, o representante da CADA referiu que a entidade não tem recursos para assegurar as atividades previstas no Compromisso, pelo que necessitará do apoio da Rede.
 - Karina Carvalho (TI) reiterou que a TI está disponível para apoiar a CADA na implementação do Compromisso, tendo Tiago Mendonça (AMA) sugerido a realização de uma reunião conjunta, até final de abril de 2019, para operacionalizar a implementação das atividades previstas no âmbito do Compromisso # 7. Os representantes da CADA e da TI concordaram com a proposta da AMA.
- **Compromisso # 8 – Reforço da Transparência na Contratação Pública**
 - Cláudia Barroso (AMA) informou que o IMPIC está a implementar os *Open Contracting Data Standards* (OCDS) no Portal Base, respondendo à atividade 1 do Compromisso, e que os mecanismos de participação e monitorização cívica

definidos na atividade 5 estão a ser desenvolvidos pela TI através do projeto [Pacto de Integridade](#).

Karina Carvalho (TI) sublinhou a importância de envolver todas as partes interessadas no processo de contratação pública para maximizar a implementação e o impacto do Compromisso, tendo Cláudia Barroso (AMA) indicado que a AMA já contactou o IMPIC e a eSPap para promover uma reunião conjunta sobre o tema.

5. Monitorização do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

- Cláudia Barroso (AMA) apresentou o *Tuleap*, ferramenta de gestão de projetos utilizada pela AMA para monitorizar a implementação do Plano Nacional de Administração Aberta, conforme proposta previamente apresentada e validada, individualmente, pelos vários membros da Rede.
- Os representantes da PASC questionaram se a informação inserida no *Tuleap* seria disponibilizada ao público em geral, tendo a AMA confirmado que a informação sobre o progresso do Plano de Ação estará sempre acessível através do site <https://ogp.eportugal.gov.pt>, com atualizações periódicas.

Estas atualizações serão realizadas exclusivamente pela AMA – os restantes membros da Rede não terão permissões de acesso à ferramenta – com base no *feedback* recolhido junto da Rede e de outros *stakeholders relevantes* (e.g., DGAEP e IMPIC).

- Karina Carvalho (TI) referiu que a Rede deverá avaliar, para além do progresso dos Compromissos, a mudança/impacto institucional resultante da respetiva implementação.

Neste sentido, foi sugerida a possibilidade de alocar membros da Rede a Compromissos individuais, criando Pontos Focais para determinados Compromissos, tendo esta proposta sido apoiada pela PASC. Outra hipótese aventada pela TI foi a criação de Grupos de Trabalho temáticos, com o objetivo de fomentar a discussão sobre áreas específicas de intervenção.

6. Enquadramento do processo de avaliação independente da OGP

- Cláudia Barroso (AMA) agradeceu aos presentes a sua colaboração com o *Independent Reporting Mechanism* da OGP (IRM), que está a elaborar uma avaliação independente da participação Portuguesa na OGP.

Adicionalmente, foi informado que a OGP irá consolidar os contributos recolhidos junto da Rede para elaborar uma versão preliminar do Relatório de Avaliação, documento que será disponibilizado à Rede para comentários, em data a designar, antes da publicação da versão final no site da OGP.

7. Preparação do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

- Karina Carvalho (TI) questionou se o presente Plano de Ação contempla *sponsorship* de topo para a implementação dos vários Compromissos, apontando esta questão como essencial para maximizar a ambição, implementação e impacto do II Plano de Ação.

- Sara Carrasqueiro (AMA) referiu que os convites às entidades que integram a Rede, bem como as comunicações com entidades externas como a Segurança Social, a Direção-Geral do Orçamento, a eSPap, o IMPIC e a DGAEP, foram dirigidas aos respetivos Presidentes/Diretores-Gerais, que por sua vez nomearam os representantes de cada organismo.

A vogal da AMA acrescentou que o II Plano de Ação poderá contemplar a assinatura solene dos diferentes Compromissos pela gestão de topo das entidades implementadoras, de modo a formalizar o *sponsorship* referido pela TI.

- Karina Carvalho (TI) questionou se o II Plano de Ação poderá incluir Compromissos que não sejam completamente executados no âmbito do I Plano, tendo os representantes da AMA confirmado essa possibilidade.
- A representante da TI referiu que pretendem apresentar, no II Plano, uma medida sobre o Registo de Beneficiário Efetivo, por considerarem que a [iniciativa](#) lançada pela Justiça em 2018 não está, na prática, a ser implementada.

Não obstante, Karina Carvalho informou que a TI não terá recursos humanos para participar ativamente na preparação do II Plano de Ação, disponibilizando-se a sugerir outras entidades para participar nas reuniões da Rede ou acompanhar Compromissos específicos.

- Luís Vidigal (PASC) referiu que a preparação do II Plano de Ação deverá contemplar, em paralelo, a clarificação do modelo de *governance* da Rede, apontando como exemplo a necessidade de reavaliar a permanência de entidades que faltam repetidamente às reuniões.
- Tiago Mendonça (AMA) respondeu que, de acordo com os Estatutos da Rede, entidades que não estejam a participar ativamente nos trabalhos da Rede, como é o caso por exemplo da ANMP, poderão efetivamente ser substituídas por outras entidades, pelo que essa questão será formalmente colocada na próxima reunião da Rede.
- Karina Carvalho (TI) referiu que existem várias entidades que poderão dar contributos válidos para a Rede, dando como exemplos a Santa Casa da Misericórdia e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), tendo Tiago Mendonça (AMA) acrescentado a possibilidade de incluir entidades representativas de segmentos menos retratados, como a população juvenil.

8. Outros assuntos

- Cláudia Barroso (AMA) colocou aos participantes a possibilidade de alterar a periodicidade das Reuniões ordinárias da Rede, de bimestrais para trimestrais, tendo as entidades representadas acolhido favoravelmente esta sugestão.

Tiago Mendonça (AMA) informou que a AMA irá apresentar formalmente esta proposta à Rede, lembrando que a mesma configura uma alteração aos Estatutos pelo que terá de ser aprovada por unanimidade.

9. Encerramento da reunião

A reunião foi encerrada, tendo os presentes concordado em realizar a VII reunião da Rede em dia, hora e local a propor posteriormente por convocatória da AMA.

Notas adicionais

➤ Nada a referir.

PONTOS PARA AÇÃO

| Itens de ação | Proprietários | Prazo | Estado |
|--|----------------------|--|---------------|
| Circular Ata da presente reunião entre todos os membros, para aprovação | AMA | Primeira quinzena de MAI19 | Concluído |
| Partilhar documentação [apresentada na Reunião] no Google Drive da Rede | AMA | Primeira quinzena de MAI19 | Concluído |
| Agendar a próxima reunião | AMA | Até final do segundo trimestre de 2019 | Em curso |
| Compromisso #3 - elaborar propostas concretas para desenvolvimentos no portal da AT. | Todos os membros | Antes da próxima reunião de trabalho com a AT. | Em curso |
| Compromisso #7 – promover reunião de trabalho AMA+CADA+TI | AMA+CADA+TI | MAI19 | Concluído |
| Compromisso #8 – promover reunião de trabalho AMA+TI+IMPIC | AMA | MAI19 | Concluído |

ANEXO 1 – Apresentação AMA

VI REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA
23 DE ABRIL DE 2019

Slide 1

AGENDA

- 14h30: Boas-vindas
- 14h35: Avaliação da Semana da Administração Aberta (Compromisso #2)
- 14h50: Avaliação da reunião na Autoridade Tributária (Compromisso #3)
- 15h05: Ponto de situação dos restantes Compromissos inscritos no Plano Nacional de Administração Aberta (tour-de-table)
- 15h30: Monitorização do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta
- 15h45: Enquadramento do processo de avaliação independente da OGP
- 16h00: *Coffee break*
- 16h15: Preparação do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta
- 16h45: Outros assuntos
- 17h00: Encerramento da reunião

Slide 2

1. Avaliação da Semana da Administração Aberta (Compromisso #2)

Slide 3

2. Avaliação da reunião na Autoridade Tributária (Compromisso #3)

Slide 4

3. Monitorização do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

| | Definição | Objetivo |
|--|--|--|
| | Plano de Projeto para cada iniciativa com o detalhe de cada tarefa a ser executada | Detailhar cada iniciativa por entregáveis e tarefas concretas e medíveis |
| | Datas e desvios de cada iniciativa e por cada tarefa | Identificar as datas de início e fim de cada tarefa e entregável e monitorizar os respetivos desvios face ao plano inicial |
| | Accountable para cada iniciativa e por cada tarefa | Identificar responsáveis (accountables) por cada tarefa e entregável e o Gestor de Projeto de cada iniciativa |
| | Riscos e issues bloqueantes de cada iniciativa e de cada tarefa | Identificar riscos e problemas bloqueantes, plano de ação para ultrapassar os problemas e o responsável pelo plano de ação |

Slide 5

4. Ponto de situação dos restantes Compromissos inscritos no Plano Nacional de Administração Aberta (tour-de-table)

| ID | N.º | Compromisso | Gestor do Compromisso | Data de Início | Data de Fim | % conclusão | Estado | Fase do compromisso |
|-------|-----|---|--|----------------|-------------|-------------|------------|---------------------|
| 34666 | 1 | GESTOR DE ACESSOS PÚBLICOS | AMA - André Vasconcelos | 2018-12-03 | 2019-04-30 | | Em curso | |
| 34702 | 2 | SEMANA DA ADMINISTRAÇÃO ABERTA | PASC - Luís Vidgal | 2019-01-01 | 2019-03-17 | 100 | Sem atraso | Concluído |
| 34869 | 3 | DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL E ADUANIEIRA | AT - Hélder Borges Lage | 2019-01-02 | 2020-08-31 | | Em curso | |
| 34870 | 4 | VIDEOS TUTORIAIS SOBRE A UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMAS DE DADOS ABERTOS | CRUP - Jorge Costa | 2019-01-02 | 2020-12-31 | | Em curso | |
| 34871 | 5 | ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CLARA | DGAEP - Vasco Hério | 2019-01-02 | 2020-08-31 | | Em curso | |
| 34872 | 6 | CONSULTALEX | ICJA - Gonçalo Fátão | 2018-04-01 | 2019-04-30 | | Em curso | |
| 34873 | 7 | IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO REGIME DE ACESSO À INFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E AMBIENTAL | CADA - Rui Ribeiro | 2019-01-02 | 2020-01-31 | | Em curso | |
| 34874 | 8 | REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA | AMA - Cláudia Barroso e Tiago Mendonça | 2019-01-02 | 2020-08-31 | | Em curso | |

Slide 6

5. Enquadramento do processo de avaliação independente da OGP

- O IRM é um mecanismo próprio da OGP, que avalia os governos relativamente ao cumprimento dos princípios de administração aberta e faz recomendações técnicas para possíveis melhorias.
- A OGP destaca um perito para cada país, o qual realiza uma avaliação independente:
 - ✓ do desenvolvimento do Plano de Ação Nacional de Administração Aberta,
 - ✓ do progresso da implementação do Plano,
 - ✓ do envolvimento dos vários Stakeholders em todo o processo.

Slide 7

5. Enquadramento do processo de avaliação independente da OGP

Slide 8

6. Preparação do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

Cronograma para o II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

2019/2020

- Reuniões com Entidades Externas à RNAA para Preparação do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta *Maio 2019 até Dezembro 2019*
- Seleção das propostas RNAA a incluir no II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta *Janeiro até Fevereiro 2020*
- Consulta pública *Março 2020*
- Análise dos resultados da consulta pública e procedimentos subsequentes *Abril e Maio 2020*
- Seleção de Compromissos e elaboração do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta *Junho e Julho 2020*

Slide 9

6. Preparação do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

Proposta de medidas a rever para inclusão no II Plano de Ação

- 9. Jogo do Orçamento
- 10. SIMAD - Os Meus Abonos e Descontos
- 11. Prémio CivicApp
- 16. Promoção, sensibilização e capacitação sobre a Agenda OGP junto das autoridades locais e regionais
- 18. Parlamento Aberto
- 20. Literacia para um Bom Cidadão Jovem

Slide 10

6. Preparação do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

Proposta de medidas a rever para inclusão no II Plano de Ação

- 7. Transparência dos serviços digitais
- 12. SITAAP - Sistema de Informação para a Transparência dos Atos de Administração Pública
- 18. Reforço da infraestrutura de metadados estatísticos públicos
- 19. Transparência no governo eletrónico
- 19. Reforma Fiscal
- 21. Melhorias no serviço público na ótica do utente

Slide 11

7. Pontos de decisão

- Aprovação do cronograma de desenvolvimento do II Plano de Ação de Administração Aberta
- Periodicidade de reuniões ordinárias da Rede: bimestral vs trimestral?
- VII Reunião da Rede: semana de 27 de Junho vs 25 de Julho?

Slide 12

ama AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

EQUIPA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
eri@ama.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA

Open Government Partnership Portugal

ama AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Slide 13